



# **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**

ESTADO DO PARANÁ

## **PARECER LEGISLATIVO PRÉVIO**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº: 05/2025**

**INICIATIVA: PODER LEGISLATIVO**

**PROCESSO Nº: 649/2025**

**EMENTA:** “DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE CONTROLE INTERNO E COMPLIANCE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

### **1. SÍNTESE DA PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA**

De autoria dos Vereadores Alexandre Guimarães, Luiz Scervenski, João Adão Jaskiewicz Junior (Polaco Preto), Paulo Rogério Alves (Rogério da Viação) e Rafael Freitas (membros da Mesa Executiva da Câmara Municipal), o Projeto de Resolução nº 05/2025, regulamenta as atribuições e dá diretrizes de atuação do Departamento de Gestão e Planejamento Estratégico de Controle Interno e Compliance e institui efetivamente a Ouvidoria da Câmara Municipal.

Protocolada a proposição no dia 24/03/2025 e atendendo ao disposto no art. 3º da Portaria 113/2023, nos termos do art. 118 do Regimento Interno, a proposição foi encaminhada para instrução, onde serão abordados os aspectos legais, de técnica legislativa e de redação da proposição legislativa, bem como apontará sugestão de comissões para tramitação da proposta, da forma a seguir exposta.

Em sua justificativa, os autores esclarecem que a proposta tem como objetivo principal regulamentar e dá atribuições de atuação para o Departamento de Gestão e Planejamento Estratégico de Controle Interno e Compliance, e, ainda institui efetivamente a Ouvidoria da Câmara, cumprindo exigência do Tribunal de Contas do Paraná.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**

ESTADO DO PARANÁ

Desta forma, o Projeto de Resolução encontra-se no Departamento Legislativo desta Casa de Leis, em atendimento às normas regimentais que disciplinam sua tramitação para que seja exarado o parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade.

É o relatório.

## **2. IDENTIDADE E SEMELHANÇA**

Conforme disposto no § 3º do art. 121 do Regimento Interno, deve ser arquivada pela Presidência ou pela Comissão de Redação e Justiça, a proposição com matéria idêntica e, no caso de semelhança, a proposição posterior deve ser anexada à anterior, para servir de elemento de auxílio no estudo da matéria, pelas Comissões Permanentes, nos termos do § 4º do mesmo artigo.

Considera-se “idêntica” a matéria de igual teor ou ainda aquela que redigida de forma diferente, dela resultem iguais consequências, e “semelhante” a matéria que, embora diversa na forma e nas consequências, aborde assunto especificamente tratado em outra.

De acordo com o § 1º do art. 122, será inadmitida a tramitação de proposição que verse sobre “matéria vencida”, assim entendida: aquela idêntica a outra, já aprovada ou rejeitada, ou aquela cujo teor tenha sentido oposto ao de outra, já aprovada.

No caso de matéria que tenha sido rejeitada em Plenário, admite-se novo projeto no mesmo período legislativo, condicionado, todavia, à iniciativa da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Do exposto extrai-se a inexistência de óbice à regular tramitação da proposição, que deve ser objeto de análise pela comissão permanente competente para apreciar a admissibilidade.

## **3. TÉCNICA LEGISLATIVA**



## CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

As proposições legislativas, de acordo com o art. 117 e 118, ambos do RI, devem ser articuladas segundo a técnica legislativa, redigidas com clareza

e em termos explícitos e sintéticos, que não contrarie normas constitucionais, legais, regimentais, e que não sejam genéricas.

A forma de elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, está prevista no parágrafo único do art. 59, da Constituição Federal (CF). Nesse sentido também vige a Lei Complementar Federal nº 95/1998 (LC nº 95/98) como norma de regência da ciência Legística.

A inobservância da Legística implica em inadmissibilidade parcial da proposição, de sorte que incumbe à comissão competente para apreciar a admissibilidade a apresentação de emenda supressiva ou modificativa, conforme o caso, como determina o 42 e seguintes, RI.

Sob o ponto de vista da técnica legislativa, não foram verificados apontamentos ou observações.

#### 4. CONSIDERAÇÕES

Quanto à sua iniciativa, a proposição em exame tem suporte legal no art.17 e art.18, inciso XI do Regimento Interno. Vejamos:

**Art. 17 - À Mesa compete as funções diretivas, executivas e disciplinadora de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.**

**Art. 18. Compete à Mesa, dentro de outras:**

(...)

**XI – propor Projetos de Resolução, criando ou extinguindo cargos dos serviços da Câmara Municipal e fixando os respectivos vencimentos;**

(...)

Ademais, a proposição legislativa em questão é medida necessária para melhor organização dos trabalhos administrativos da Câmara Municipal, bem como a criação da Ouvidoria irá atender as exigências do próprio Tribunal de Contas. Portanto, a proposta encontra consonância com as normativas legais e regimentais.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**

ESTADO DO PARANÁ

Sendo assim, a proposição em comento respeita a competência para legislar sobre o assunto, e quanto ao mérito não encontra óbices à sua tramitação e ainda, quanto à técnica legislativa, está de acordo com a Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001, que dispõe sobre a redação legislativa, e, portanto, apta a ser inserida no ordenamento jurídico municipal.

## **5. COMISSÕES COMPETENTES**

As proposições, antes de serem submetidas ao Plenário para deliberação do mérito legislativo, em regra, devem ser submetidas a parecer das Comissões Permanentes como determina o art. 123, RI.

A repartição de competências das Comissões Permanentes é definida no Art. 42, RI, sendo vedada a manifestação sobre matéria alheia àquelas definidas regimentalmente. Incumbe ao Setor Legislativo sugerir, sem caráter vinculante, a tramitação da proposta pelas Comissões Permanentes, sendo, no presente caso, competente as seguintes Comissões: 1) Justiça e Redação; 2) Obras e Serviços Públicos.

## **6. CONCLUSÃO**

Feitas as considerações necessárias e pertinentes para a etapa inicial de discussão da proposição legislativa, não se encontra óbice à regular tramitação da proposição em análise, e ressalta-se o caráter técnico instrumental do opinativo deste Parecer Legislativo Prévio, uma vez que a decisão de admissibilidade é de competência exclusiva das Comissões da Justiça e Redação, nos termos regimentais.

Admitida a tramitação da proposta, deve ser observada a competência para análise dos aspectos técnicos especializados das demais Comissões permanentes em suas respectivas áreas de conhecimento.

Por fim, deve ser reservada ao Plenário a análise do mérito, oportunidade e conveniência da proposta normativa.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ  
Campo Largo, 26 de março de 2025.

---

CRISLAINE G. VASSÃO DE CAMPOS

Assessora Legislativa

Câmara Municipal de Campo Largo – PR

De acordo,

---

EDEILSON RIBEIRO BONA

Diretor Jurídico

Câmara Municipal de Campo Largo – PR